NOTA PÚBLICA DOS SERVIDORES DO INCRA SR-30 (13/06/2018)

O superintendente regional do INCRA em Santarém, Mário Costa, irmão e indicado político do deputado federal Wladimir Costa, convidou os servidores da autarquia por meio do e-mail institucional, para participar de entrega de Contratos de Concessão de Uso - CCU no Sindicato Rural de Santarém -SIRSAN (patronal), ocorrida no 26 de maio. Aqueles que foram ao local, perceberam que o evento era, na verdade, um comício político-partidário, com a presença de políticos e pretensos candidatos ligados ao partido Solidariedade-SD, tratando-se, portanto, de exploração da imagem e da estrutura da autarquia frente a expectativa de agricultores acerca da execução de políticas públicas pertinentes ao INCRA.

Na ocasião, os servidores do INCRA/SR-30 foram surpreendidos com faixas de agradecimento, em nome dos servidores, ao deputado Wladimir Costa, em função de uma suposta aquisição de viaturas. Entendemos que essa é uma apropriação ilegítima e leviana da imagem dos servidores do INCRA, que nunca manifestaram gratidão ao citado parlamentar e a nenhum outro, haja vista um deputado federal custar mais de 2 milhões de reais por ano aos contribuintes¹, e em geral fazer menos que sua obrigação.

Wladimir Costa foi condenado pelo TRE/PA a perda do mandato por abuso de poder econômico e gastos ilícitos na campanha de 2014² e ganhou notoriedade por ter protagonizado alguns dos episódios mais ridículos e vergonhosos da política nacional citando-se a tatuagem com o nome de Temer e uma agressão covarde a um professor em Jacundá-PA.

Não podemos esquecer que o deputado é ferrenho defensor do governo mais impopular da recente história republicana e com outros deputados votou contra denúncias da PGR, livrando Temer de responder a processo criminal.

Lembramos, ainda, que o deputado Wladimir Costa, atende aos interesses dos capitalistas, latifundiários e banqueiros, pois votou pela terceirização ampla e irrestrita e pela Reforma Trabalhista, cujos resultados amargos os trabalhadores já percebem: a redução de empregos formais que estão sendo substituídos por trabalhos precários, sem direitos, sem garantias, e com remuneração em média 32% menor³.

O deputado também feriu de morte o povo e os trabalhadores ao apoiar a PEC 55, convertida à EC 95, que congela os gastos públicos por 20 anos e que impõe a deterioração de todos os serviços públicos necessários à população (saúde, edução, segurança, reforma agrária, etc.).

No caso do INCRA e da Reforma Agrária, o efeito da EC 95 é a ampliação dos já constantes cortes orçamentários e a privação e exclusão de direitos aos assentados, em uma alucinada tentativa de converter a autarquia em um mero emissor de títulos, vendendo falsas expectativas aos agricultores sob a ordem de entregar as terras do patrimônio público à especulação e ao agronegócio.

A política de titulação de terras é um direito dos trabalhadores rurais e assentados que deve ir além da mera transferência de domínio, deve garantir condições de desenvolvimento com produção de alimentos e fixação de mais famílias nos assentamentos. Ao invés disso, a atual política agrária resulta no fortalecimento político de setores ligados à especulação de terras públicas e historicamente contrários à Reforma Agrária, os quais se valem inclusive de ameaças e violência contra assentados e lideranças para disputar-lhes a terra, os rios e as florestas.

Segundo dados do Relatório anual de Conflitos no Campo da CPT, o ano de 2017 teve a triste cifra de 71 trabalhadores rurais, lideranças e apoiadores assassinados no país. Nesse contexto, a atual política agrária executada pelo INCRA contribui tanto quanto à constante omissão para ampliar a violência que circunda a SR-30, tendo como exemplos emblemáticos e amplamente divulgados na imprensa brasileira e estrangeira as constantes ameaças ao casal Osvalinda Maria e Daniel Pereira, ocupantes do PA Areia, e às lideranças Ageu Lobo e Chico Catitu, assentados do PAE Montanha e Mangabal; além das invasões aos PDS Esperança e Virola Jatobá, assassinatos e prisão de trabalhadores rurais e lideranças em Anapu.

Por isso, os servidores do INCRA/SR-30 não somos cúmplices da atual política agrária, não temos nada a agradecer ao deputado federal Wladimir Costa, não autorizamos a confecção de faixas e documentos em nome dos servidores e vimos a público repudiar e denunciar o uso indevido da imagem, da estrutura e dos servidores do INCRA/SR-30 em comícios políticos pela atual gestão do INCRA e por políticos e candidatos do partido SOLIDARIEDADE.

¹ http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cada-deputado-custa-r-2-milhoes-por-ano/

² https://oglobo.globo.com/brasil/wladimir-costa-condenado-pagar-80-mil-por-divulgar-pesquisa-eleitoral-sem-registro-22235896

³ https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN1II2TF-OBRBS